

## ALGUNS PROBLEMAS SÓCIO-CULTURAIS NO ENSINO DE PORTUGUÊS (1)

Dino F Preti

Língua e cultura, língua e civilização, língua e sociedade, língua e "status" são relações que vêm sendo exploradas com maior intensidade nos últimos anos e sob ângulos inéditos, em particular pelas correntes da lingüística americana.

Dentre os novos caminhos para abordagem de alguns desses velhos problemas, destacam-se os trilhados pela Sociolingüística, disciplina relativamente recente, cujos estudos mais significativos começaram a surgir na década de 60, nos Estados Unidos. Um fato que tem preocupado seus estudiosos é a delimitação do campo de pesquisa da nova ciência, já precedida de outras que também investigam o relacionamento entre as estruturas sociais e a língua, como, por exemplo, a Dialetoлогия. (2)

É possível afirmar que, em geral, a Sociolingüística procura estudar, dentro de uma comunidade, as relações entre traços lingüísticos e fatores sócio-culturais, detendo-se em observar até que ponto certos *desvios* do comportamento *normal* na língua se prendem, sistematicamente, a dados de natureza extra-lingüística, e a freqüência com que ocorrem, a ponto de se poder considerá-los significativos.

Em síntese, portanto, podemos dizer que sua preocupação principal é o fenômeno da *diversidade*, na língua de um grupo social específico.

Conforme se sabe, as línguas dispõem de certo número de variedades. Genericamente, sob uma perspectiva geográfica, diríamos que há uma oposição básica que seria, conforme o caso, mais ou menos relevante: o *falar urbano* das grandes cidades civilizadas e os *falares regionais* das pequenas comunidades. Sobre o primeiro agem mais intensamente fatores de unificação da linguagem, como a escola e os

---

(1) — Conferência pronunciada durante o "I Encontro Paulista de Professores de Português" na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 3 de novembro de 1974.

(2). — A propósito dos limites do campo de pesquisa sociolingüístico, leia-se o artigo "The dimensions of Sociolinguistics" de William Bright, in: *Sociolinguistics*. New York, Mouton & Co., The Hague-Paris, 1966, p. 11-15.

meios de comunicação de massa, além do próprio ambiente civilizado, que propicia uma evolução contínua e mais viva da *fala* urbana. (3)

Quanto aos *falares regionais*, distanciando-se dos focos civilizadores, evoluem bem mais lentamente, dada a própria localização geográfica e a conseqüente especificidade de seus hábitos que podem determinar traços característicos no ato falado.

O que se vem registrando nas últimas décadas, praticamente em todo o mundo civilizado, com a evolução crescente da tecnologia e a difusão dos padrões culturais da cidade grande, através da cultura de massa, é o desaparecimento gradativo dos regionalismos e um processo de nivelamento da linguagem, tendo em vista os padrões urbanos. É um fenômeno universal a atração cada vez maior que a cidade exerce sobre as comunidades menores. (4)

Em termos de realidade brasileira, essa afirmação pode ser considerada válida, tendo-se em conta o limite dos últimos vinte anos, muito embora nossa civilização urbana ainda se choque com os resquícios de uma cultura tipicamente rural, que caracterizou o Brasil nos quatro primeiros séculos de sua existência, período em que, no dizer de Celso Cunha nossas cidades “quase todas costeiras, de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes, pouca ou nenhuma influência exerciam nas longínquas e espaçadas povoações do interior.” (5)

---

(3). — Um curioso exemplo é o uso das *siglas*, produto do ritmo da vida moderna nas grandes cidades. Um cronista, com muito humor, denominou-o de *siglomania*, registrando, com espanto, sua utilização nas manchetes de um jornal: “A FUNAI explica veto ao estatuto; A GEACAP anuncia: voltou a chover no Nordeste; O Ministério da Justiça vai perder o FUNABEM; No lugar da SUVALE uma empresa; PIS concede novo prazo para entrega da RAS.” (“Siglomania” — Luís Martins. In: *O Estado de São Paulo* de 14/4/1974). Outro, igualmente significativo, é o das estruturas gíricas truncadas, em que se substituem os determinantes pelos determinados, num comportamento que demonstra claramente a necessidade de uma comunicação mais rápida e cada vez mais simples: *estou nessa, qual é a sua?, já era, ó meu* etc.

(4). — Aurélien Sauvegeot, em *Français écrit, français parlé*, lembra o que ocorreu em colônias africanas que se tornaram independentes e que renegaram seus idiomas originais, aderindo ao das grandes civilizações (o inglês e o francês), que lhe permitiam comunicar mais facilmente os conteúdos exigidos pela vida moderna.

Por outro lado, o mesmo autor procura demonstrar que a linguagem de Paris está progressivamente invadindo a província, através dos jornais, das emissões de rádio e televisão e, apesar de perdurarem diferenças de vocabulário, de modulação e acento nos falares regionais, pode-se dizer que não há contrastes profundos entre estes e a linguagem civilizada, tipicamente parisiense, até mesmo na sua gíria. (p. 4-15)

(5). — *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio, Tempo Brasileiro, 1971, p. 18.

Alguns fatores têm contribuído para uma atuação cada vez mais decisiva da civilização urbana sobre as comunidades regionais brasileiras, entre as quais:

1. a introdução de uma política educacional, baseada num princípio de popularização do ensino, com um aumento notável do número de salas de aula por todo o país (fato significativo, apesar de observar-se a ausência de uma infra-estrutura conveniente que pudesse evitar todos os malefícios de uma massificação cultural, que já se tornam visíveis nos dias que correm);
2. o crescente poder da imprensa e a divulgação considerável de alguns veículos de cultura de massa, como as revistas, com o surgimento de redes de distribuição nacional, pertencentes a algumas empresas editoriais poderosas;
3. a maior penetração do rádio, devido ao custo relativamente baixo e acessível dos aparelhos “transistors”;
4. o aumento dos postos retransmissores de televisão, onde se exibem os video-tapes confeccionados quase sempre em São Paulo e Rio de Janeiro.

Ainda assim, é cedo para se falar entre nós de um nivelamento pela linguagem urbana, levando-se em conta, notadamente, a grande extensão territorial do país e seus profundos contrastes de cultura. Mas não resta dúvida de que os padrões da cidade grande já começam a exercer uma influência decisiva como elementos transformadores, conforme já afirmamos antes.

Abandonando-se uma perspectiva geográfica na análise do problema variedade lingüística, poderíamos dizer que a Sociolingüística ainda se preocupa com as variações de *repertório* das comunidades (urbanas ou regionais), que ocorrem pela interferência de fatores diretamente ligados aos *falantes* ou ao *contexto*. (6) No primeiro caso, seriam as variantes ditadas pela faixa etária, sexo, profissão, classe social, grau de escolaridade etc.; no segundo, pelas condições em que se dá o ato de fala, como, por exemplo, o grau de intimidade entre os falantes, o ambiente e o tema tratado. Esse tipo de estratificação conduziria aos chamados *níveis de fala* (ou *registros de fala*): culto, coloquial, vulgar, profissional etc.

É importante considerar esses dois enfoques do problema *variedade* lingüística (o *geográfico* e o *cultural* ou de *repertório*) na análise dos caminhos para uma atualização do ensino do vernáculo. Ve-

---

(6). — Sobre o conceito de *repertório*, v. FISHMAN, Joshua A. *Sociolinguistique*. Paris, Éditions Labor, 1971, p. 18.

ríamos, então, que uma das contribuições mais importantes da Socio'ingüística seria a de tentar definir uma língua-modelo para a escola, partindo de uma pesquisa da linguagem oral urbana, à qual caberia, pelas suas características civilizadas, o papel de unificação, no sentido de se nivelarem ou, pelo menos, se atenuarem as diferenças dos falares regionais brasileiros.

Nesse sentido, um importante traba'ho vem sendo executado em cinco das maiores cidades do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Salvador) Trata-se do "Projeto NURC" (pesquisa da norma lingüística urbana culta) que prevê, em cada um dos centros, a gravação de um *corpus* de 400 horas, com 600 informantes. de faixas etárias diversas, todos com formação universitária.

Em São Paulo, a pesquisa já se encontra em fase adiantada e já se gravaram cerca de 220 horas. Quando se terminar a gravação, esse material será analisado por lingüistas cujas conclusões poderão servir aos gramáticos e escritores de livros didáticos para elaboração de obras destinadas ao ensino do vernáculo.

Uma outra contribuição da Sociolingüística seria a dos estudos especializados e pesquisas sobre os *níveis de fala*, visando a uma reavaliação mais segura dos conceitos de correção lingüística e orientando a escola na sua tarefa fundamental de mostrar a adequação de um ou de outro *nível*, sem necessariamente incidir na oposição *certo/errado*.

É óbvio que, pelo seu papel civilizador, o organismo escolar tende para o ensino de *níveis* mais cultos, sem o que sua atividade no campo da língua pode tornar-se simplesmente inútil ou secundária, uma vez que parece inócua a tarefa de ensinar o que os alunos já sabem (por exemplo, as estruturas usuais do *nível* coloquial, que só deveriam ser utilizadas pelo professor num processo comparativo com as cultas, a fim de levar o aluno a um critério de adequação e seleção das formas lingüísticas)

Essas relações entre língua e método de ensino só poderão ser resolvidas pelo professor de vernáculo, a partir do conhecimento da realidade em que atua. Assim, poderá dar preferência ao treinamento da linguagem oral ou dedicar-se mais aos ensinamentos da escrita. Esta decisão torna-se em nossos dias realmente difícil, em primeiro lugar pelo processo de massificação do ensino, já aludido, o que faz com que o professor às vezes perca a perspectiva exata do conhecimento de seus alunos; em segundo, pela falta de manuais didáticos que levem em conta a ação dos fatores sócios-culturais no ensino da língua.

Quanto a este último aspecto, vale lembrar que nossa bibliografia didática para o ensino de Português tem-se caracterizado pela es-

colha dos padrões literários como ponto de partida para o ensino da linguagem escrita; ou pela adoção de processos estruturais, típicos da aprendizagem ora' de línguas estrangeiras; ou ainda (no caso de uma minoria de autores) por experiências de Lingüística aplicada, com utilização de métodos diferentes (nem sempre de eficiência comprovada), ao lado de uma nomenclatura em geral muito estranha à maioria dos professores secundários. Isso para não falarmos da própria linguagem dos manuais, que tem oscilado entre o nível culto e a gíria urbana.

De qualquer forma, o ponto de partida do professor de vernáculo deve ser o conhecimento da comunidade, seu nível sócio-cultural, seus interesses e objetivos imediatos, antes de decidir-se por um método e um instrumento didático.

A propósito desse problema, vivemos uma experiência curiosa, quando participamos, com outro colega da Universidade de São Paulo, prof. Izidoro Blikstein, do projeto de ensino de Português pela televisão, organizado em São Paulo pela "Fundação Padre Anchieta de Rádio e TV de São Paulo" (Canal 2). O curso destinava-se à preparação dos alunos para o chamado "exame de madureza" (hoje o mesmo curso vem sendo publicado pela Editora Abril com o nome de "supletivo"), com programas oficiais, onde se exigia uma parte gramatical. Na época, julgamos conveniente reduzir esse programa de gramática a um mínimo, reconhecendo, entretanto, a necessidade de iniciar os alunos na reflexão sobre alguns problemas da língua. Levávamos em conta, então, um tipo de aluno como o da capital de São Paulo e de algumas cidades mais importantes do interior do Estado, que foram as primeiras a receber as programações. Para texto-aula escolhemos motivações variadas que iam desde a crônica urbana (Fernando Sabino, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos et al.), até as histórias em quadrinhos de Maurício de Sousa, além de uma adaptação para telenovela educativa de um conhecido romance de Orígenes Lessa, *O feijão e o sonho*, brilhantemente produzida por Walter G. Durst.

O resultado da experiência pode ser considerado vário, em termos de uma cultura urbana. Não só os programas despertaram um grande interesse (pela dose de divertimento que incuíam), como o aproveitamento do aprendizado pode ser considerado satisfatório, tendo-se em conta o resultado dos testes de avaliação, realizados periodicamente pela Instituição, nos telepostos espalhados pela Capital e pelo interior do Estado.

Dois anos depois, no início de 1971, com a difusão do Curso por várias regiões do Brasil, através de filmes de 16 mm copiados dos video-tapes originais, tivemos oportunidade de acompanhar uma des-

sas aulas, dentro de um contexto sócio-cultural bem diverso (um bairro de modestos pescadores, na periferia da cidade de São Luís do Maranhão) Produzida a partir de uma crônica de Fernando Sabino, estudava-se durante a emissão o problema do predicado verbal.

Deslocados para um ambiente completamente diferente daquela da cidade grande, os ensinamentos que visavam em especial à linguagem escrita e ao aprendizado gramatical perdiam muito de seu interesse. Na pequena comunidade de pescadores, eram sensíveis as dificuldades mais primárias de comunicação oral. Além disso, o próprio texto em que se baseava a aula era vazado em um nível de linguagem tipicamente urbano e seu tema não se identificava em momento algum com problemas existenciais do grupo. Constatamos, pois, que um simples treinamento oral talvez tivesse sido mais eficiente, pelo menos como ponto de partida para um futuro estudo de aperfeiçoamento da escrita, com consciência de normas gramaticais etc.

Essa experiência poderia levar-nos a um princípio essencial, já conhecido: são os padrões culturais de uma comunidade que definem suas necessidades lingüísticas básicas. E o desconhecimento desse aspecto, cremos, explicaria os insucessos do ensino de Português, até dentro dos grandes agrupamentos urbanos, que se mostram realmente pouco homogêneos.

Na Capital de São Paulo, por exemplo, uma das cidades mais evoluídas do país, a criação indiscriminada de classes de ensino de nível médio, sem condições e materiais didáticos adequados, tem conduzido a contrastes que já não podem nem devem ser ignorados pelos professores de Português, quando se trata de decidir o que, e como ensinar.

Hoje em dia, em São Paulo, já se fala habitualmente, em “alunos da periferia”, por oposição a “alunos da cidade” A primeira classificação indica um tipo de falante semi-analfabeto, com necessidades lingüísticas quase que estritamente ligadas à expressão oral (como iniciação natural para uma fase de cultura escrita) Já na população escolar propriamente “urbana”, essas necessidades estão muito mais ligadas à linguagem escrita, dada a perspectiva em que esses alunos se colocam de seguir imediatamente carreiras que dependem de escrever bem (o que se observa até pelos exames seletivos de ingresso ao segundo grau ou às faculdades, hoje muito preocupados com o nível de correção da escrita do aluno) Além disso, como habitantes da cidade, os *níveis de fala* desses alunos revelam excepcionalmente até conhecimentos de variantes cultas, que, se não são empregadas de

hábito, pelo menos lhes são familiares aos ouvidos. (7) Então, seria inútil aplicar-lhes o mesmo método de aprendizagem utilizado para as classes “da periferia”

Portanto, observamos que os problemas de método igualmente estão ligados a fatores sócio-culturais. A rigor, as necessidades do grupo é que decidem o que devemos oferecer-lhe primeiramente, em termos lingüísticos, e como devemos fazê-lo.

Reconhecer esses fatores no ensino da língua vernácula implica também em compreender os *níveis de fala* da comunidade com a qual se trabalha. Observa-se, com freqüência, um contraste entre essa linguagem do grupo e a do professor, contraste que se acentua em relação aos manuais escolares.

A tarefa de quem ensina não é propriamente a de corrigir por padrões pessoais ou por modelos escritos. Mas a de orientar na adequação das variantes de *repertório*. Todos os níveis de linguagem, em tese, podem comunicar bem dependendo do contexto em que são aplicados. Portanto, a própria gíria, em certos casos, poderá ser, de fato, a melhor linguagem, a mais adequada dentro de uma situação.

A consciência desse fenômeno só se alcança pela observação cuidadosa dos mais variados *níveis*, que ocorrem na linguagem. É um trabalho que poderá ser executado, na prática, através de muitos tipos de exercícios: gravação e audição de diálogos falados; registro escrito de fala; estudo da linguagem de textos populares — trechos de jornais (às vezes, num mesmo periódico, constatamos uma grande variação de *níveis*, em função do contexto temático), revistas em quadrinhos e outras revistas, telenovelas; análise de excertos de obras literárias; exame de textos de linguagem formal, técnica ou profissional etc.

Tal método conduzirá a uma profícua comparação entre as duas modalidades de língua, a falada e a escrita, levando professor e aluno a uma consciência das reais condições do grupo e de suas necessidades lingüísticas.

Somente um tipo de ensino em que se leve em conta essa dinâmica da língua, conduzindo o aprendiz a uma participação efetiva no processo de comunicação oral e escrita, poderá contribuir decisiva-

---

(7). — O fato poderia ligar-se ao conceito de *idioleto produtivo e receptivo*, proposto por Hockett, para designar, o primeiro, os conhecimentos utilizados ativamente pelo falante; e o segundo, os conhecimentos passivos que lhe permitem compreender, como ouvinte, seu interlocutor, muito embora não faça uso deles ao falar. As estruturas cultas, portanto, estariam no *idioleto receptivo* dos “alunos urbanos”, fruto de sua própria vivência na cidade grande e de seu contato com a civilização.

mente para sua realização pessoal dentro da comunidade, abrindo-lhe caminhos para um acesso mais fácil à cultura e ao saber.

Em síntese, pois, alguns problemas sócio-culturais mais importantes a serem considerados no ensino do vernáculo seriam os seguintes:

1. realizar um levantamento da realidade lingüística urbana, no sentido de encontrar um padrão oral que servisse ao ensino e ajudasse o processo de unificação da língua, com eliminação gradativa dos regionalismos;
2. conscientizar professores e alunos sobre o fenômeno dos *níveis de fala* e a influência dos fatores sócio-culturais sobre essas variações, fazendo-os compreender o fenômeno lingüístico em termos de comunicação, em função do que se evitariam oposições como *certo/errado* e se proporiam outras como *normal/anormal* (tendo em vista a *norma* do grupo), *adequado/inadequado* etc;
3. orientar a definição de um método de ensino, para os grupos urbanos e regionais, em que se considerem variações de vida e hábitos das comunidades e se atendam às suas necessidades lingüísticas mais imediatas.